

**MEMÓRIA DE REUNIÃO DA  
COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE**

**DATA: 16/08/05– HORÁRIO: 13:30 HRS. – LOCAL: Sala de Reuniões /SETP**

**Participantes**

<b>SETP</b>	<b>COGEMAS</b>
Denise Arruda Colin	Fernanda B. Vieira Richa
Jucimeri Isolda Silveira	Antonio Ricardo dos Santos
Maria Iolanda de Oliveira	Luís Aparecido Roncon
Lenir Mainardes da Silva	Suzie A. Pucillo Zanatta
	Cristina N. Maciel Sobreira

**Representantes da Secretaria Técnica**

Larissa Marsolik	Márcia Mazzarotto
Haline Todorowicz	
Maria Leonor L. Zanella	
Cristina de Fátima Lima	

**Convidados**

Alexandrini R. Oliveira
Camila Pedroso
Carmem Lúcia Cunha
Cláudia Valéria Coelho Pinto
Deborah R. Gioppo
Eliane Rosa
Grasiela C. Nascimento
Kelli Regina Albanese
Letícia Raymundo
Lucília do Rocio Lopes Andrade
Maria Angela Foltran
Patrick Pereira
Rita de Cássia de Mello Corrêa
Sandra C. K. Busnello
Silvânia Maria da Silva

**Assuntos da pauta:**

- **APROVAÇÃO DA MEMÓRIA DA REUNIÃO ANTERIOR;**
- **HABILITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS;**
- **RELATÓRIO DE GESTÃO;**
- **ORÇAMENTO 2006;**
- **COMPOSIÇÃO DA CIB CONFORME INDICAÇÕES DA NOB;**
- **INFORMES:**
  - **Reunião Ampliada de CIB's;**
  - **Treinamento para preenchimento dos Planos Municipais de Assistências;**
  - **I Etapa – 2º módulo da Capacitação de Gestores e Conselheiros da Assistência Social;**
  - **Conferências.**

A reunião teve início com a fala da Sra. Denise Arruda Colin, Coordenadora da CIB, a qual disse que hoje é uma data histórica devido ao processo de pactuação das habilitações dos municípios nos níveis de gestão previstos na Norma Operacional Básica, em especial daqueles municípios que pleitearam habilitação à gestão básica ou plena, segundo as regras de transição. Relata o recebimento de 134 processos de municípios pleiteando as habilitações, e menciona ter algumas sugestões de critérios e encaminhamentos para pactuar. Indica o recebimento, neste momento, de um envelope do município de Missal, cuja decisão para avaliação cabe a este colegiado, tendo em vista que o prazo para a entrega dos documentos nos Escritórios Regionais já tinha expirado no dia 09/08, e dia 11/08 para o recebimento na SETP. A análise iniciou-se na sexta-feira, dia 12/08, com a equipe da SETP, a secretaria executiva da CIB, e os membros que se colocaram a disposição para a Câmara Técnica. Indica como encaminhamentos a pactuar os critérios que a Câmara Técnica adotou para análise dos processos de habilitações. A Sr<sup>a</sup> Denise Arruda Colin, coordenadora da CIB, informa que com relação ao Relatório de Gestão/04, cujo prazo para os membros se manifestarem em caso de alteração foi estipulado na última reunião, foi repassado para aprovação do CEAS, sem ter havido indicativo de alteração. No que tange ao orçamento de 2006, a coordenadora da CIB indica que já foi procedido apresentação e análise com todos os conselheiros do CEAS, CEDCA, Segurança Alimentar e CEDI, posto que as três áreas tem ações rela-

cionadas à Política de Assistência Social. Essa é uma proposta preliminar que considerou as demandas e deliberações colocadas pelos conselhos e as previsões da NOB quanto às atribuições e competências da esfera estadual. A SETP ainda não recebeu por parte da Secretaria de Planejamento um indicativo do teto orçamentário. Os Coordenadores, Secretário e Diretor Geral agendaram uma reunião com a Secretaria de Planejamento e o Governador do Estado para esclarecimento das ações programáticas, uma vez que a previsão está ultrapassando a série histórica de destinação de recursos para a área. Portanto, para a pauta de hoje, a Coordenadora da CIB indica a apresentação dessa proposta global do orçamento, que embora tenha um detalhamento por limite de despesa, não se constitui na proposta final. A Sr<sup>a</sup> Denise Arruda Colin indica que um último item seria já a discussão dos critérios para a composição da CIB, que a partir de 2006, segundo a NOB, terá que seguir as orientações de representatividade por região e porte de município. A pauta foi aprovada, não havendo alterações.

### **Assuntos da Pauta:**

#### **APROVAÇÃO DA MEMÓRIA DA REUNIÃO DE 28/06/2005**

A memória da reunião anterior, dia 28/06/2005, foi pactuada por este colegiado sendo necessário apenas:

- alterar a escrita “na site da CIB” para “no site da CIB”;
- No item Capacitação incluir a solicitação para que esta seja estendida aos gestores.

A memória foi aprovada.

#### **HABILITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**

A Sr<sup>a</sup> Denise Arruda Colin, Coordenadora da CIB, inicia sua fala indicando que com a aprovação da NOB pelo CNAS, e pactuação na CIT, foi desencadeado um processo de habilitação em âmbito nacional para os níveis de gestão dos municípios, com a regra de transição para o ano de 2005, facilitando algumas exigências quanto a documentação, com intuito de oferecer um incentivo aos municípios estruturarem sua rede de serviços.

Lembra que, conforme o compromisso assumido por ela na última reunião deste colegiado, houve uma tentativa de prorrogação do prazo para este processo, porém, esta alteração não foi aceita pela CIT, tendo em vista que a lei de responsabilidade fiscal determina que no último quadrimestre os gestores devem fazer uma avaliação do seu orçamento anual, o levantamento do que foi executado dessas previsões, tanto do ponto de vista programático quanto do ponto de vista financeiro, e apresentar uma reformulação das metas que não foram atingidas para o cumprimento daquela proposta orçamentária do respectivo exercício. Sendo assim, há necessidade de se respeitar rigorosamente os prazos estipulados para o repasse dos recursos. Desta forma, manteve-se o prazo de 19/08 para publicarmos a relação dos municípios habilitados. Houve uma negociação com a Imprensa Oficial para a publicação nessa data. Até 2ª feira dia 22/08, deve ser encaminhado para a CIT a resolução da CIB, pois na data de 24/08 acontecerá a Reunião da CIT em Brasília, e no dia 25/08 será publicada a relação dos municípios habilitados. A coordenadora coloca que recebemos 134 processos de pleito de habilitação de municípios. Sendo apontado pela Câmara Técnica 71 para a gestão básica, 18 para a gestão plena, 20 pendências e 25 indeferimentos. A Câmara Técnica considera como pendências a apresentação de todos os documentos tais como a ata, a resolução, o parecer assinado pelo CMAS que comprova a discussão e aprovação daquela situação no município, e o não encaminhamento da publicação da resolução do conselho. A sugestão é de que seja considerado o pleito do município porque foi possível visualizar nos documentos enviados a discussão efetuada no conselho e a respectiva aprovação, porém, na condição de que seja estabelecido um prazo para que mandem os documentos exigidos. A Coordenadora explica que a proposta da Câmara Técnica à CIB é considerar o nível de habilitação solicitado, mesmo com pendências, e estabelecer um prazo para envio da documentação complementar, visto que os municípios podem ser habilitados ou desabilitados a qualquer tempo. O plenário da CIB pactuou que o prazo definido para regularização das pendências para os municípios será o final da Segunda semana de outubro. A análise apontou um grupo de municípios indeferidos, pelo fato de não apresentarem as exigências elementares. Com relação aos processos de municípios que pleitearam a gestão plena, mas só encaminharam documentos que comprovam as exigências da gestão básica, a Câmara Técnica indica a

habilitação apenas ao nível comprovado. Já os municípios que pleitearam a gestão básica e apresentaram a documentação comprobatória referente à gestão plena, indica a habilitação ao nível de gestão pleiteado. O plenário da CIB pactuou esta indicação. A Coordenadora também coloca a existência de um indicativo de que os municípios que não possuem CRAS, mas que apresentaram um documento assinado pelo gestor municipal, responsabilizando-se pela sua implantação até 31 de Dezembro de 2005 poderiam ser aceitos. Porém, existem municípios que alegaram que não há possibilidade de reestruturação para este ano, em virtude da inexistência de previsão orçamentária, mas o prefeito assinou o compromisso de implementá-lo para o próximo ano. Então, é necessário que seja pactuado as decisões para a mencionada situação. O plenário da CIB pactuou que no caso dos municípios que se comprometeram a implantar o CRAS em 2006, os mesmos não deverão ser habilitados em respeito às exigências das regras de transição, que estabelece o prazo até Dezembro de 2005. A Sr<sup>a</sup> Larissa Marsolik, Secretária Executiva da CIB, fez a leitura da listagem dos municípios, separados por Escritórios Regionais, que encaminharam algum documento referente à habilitação do município e sua situação, conforme análise da Câmara Técnica que sugere aprovação, pendência ou indeferimento. Após a leitura, a Sr<sup>a</sup> Letícia Raymundo, presente como convidada, colocou sua preocupação ao ouvir essa relação, tendo em vista a presença de municípios muito pequenos. Ressalta que quando iniciou o processo de habilitação em 1998, os municípios tinham que comprovar a existência de conselho, plano e fundo, o que já foi muito difícil. Então, é preciso tomar cuidado e ter uma atenção especial para com esses municípios, a fim de que consigam assumir suas responsabilidades. A Sr<sup>a</sup> Márcia Mazzarotto, membro da Secretaria Técnica deste colegiado, comenta a dificuldade de efetiva comprovação dos termos contidos na documentação, uma vez que o prazo foi curto e de que está sendo um processo de transição, devendo apresentar resultados positivos para assegurar a implementação do SUAS, conforme as determinações legais. Como a análise dos processos acaba sendo cartorial, a preocupação da Câmara Técnica, num primeiro momento, foi definir critérios claros e homogêneos, mesmo que, ainda de forma superficial. A Sr<sup>a</sup> Jucimeri Isolda Silveira, membro deste colegiado, lembra o início deste processo, o qual foi mais rígido, no âmbito da CIB e CEAS do Paraná, mas que foi flexibilizado pelo MDS. Ressalta que a CIB manteve a

seriedade de sempre no Estado do Paraná em relação à habilitação dos municípios. Agora, através da SETP, temos que criar estratégias de monitoramento e avaliação para o próximo ano. A Sr<sup>a</sup> Denise Arruda Colin complementa as explicações: *“Primeiro um esclarecimento, que na regra de transição há também uma facilitação dos municípios que possuem o PAIF, por exemplo, como a regional de Paranaíba, de todas as regionais do Estado do Paraná é a que mais contempla este tipo de programa, então, por esta razão, os municípios de pequeno porte preencheram os requisitos da habilitação. No caso em tela, os municípios têm um técnico que se responsabiliza pelo acompanhamento do BPC e a estruturação do serviço do PAIF passa a ser prestado no CRAS, o que possibilitou que os municípios comprovem esse atendimento. Da proteção especial, a maioria das comprovações se referem aos serviços de abrigos, que existem em quase todos os municípios, mesmo os de pequeno porte. E, por fim, o sistema de monitoramento tem que ser aprimorado, considerando a experiência e os modelos utilizados pela SETP: acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas existentes. A nossa próxima tarefa é pactuar um instrumento, na CIB, de monitoramento desses níveis de habilitação, que permita o acompanhamento e reordenamento da rede prestadora de serviços. A Sr<sup>a</sup> Carmem Lúcia Cunha, presente nesta reunião, é suplente da CIT, então temos voz e voto para levar essa sugestão para que o MDS/CIT adote a mesma sistemática, em todo o país, porque também estamos sofrendo algumas pressões no sentido de que o Paraná tem sido exigente.”* Quanto ao Sistema de Monitoramento e Avaliação, o plenário da CIB pactuou que a Secretaria Técnica da CIB deverá esboçar o instrumento de monitoramento e avaliação desses níveis de habilitação até o início de 2006. A Sr<sup>a</sup> Denise Arruda Colin apresentou dois projetos de Inclusão Produtiva para o Estado pleitear o cofinanciamento na expansão para Inclusão Produtiva - para aquisição de equipamentos e maquinários. São eles: PRODUSA – Produção Solidária de Alimento voltado para o beneficiamento de alimentos e organização de grupos de produção composto por famílias em situação de risco, que inclui capacitação, repasse de equipamentos e assessoria técnica por 12 meses; e Projeto de mini – usinas Comunitárias de Óleo Vegetal, a ser executado em parceria com o Instituto Cristão de Desenvolvimento – ICD, que tem por propósito apresentar alternativas de produção à lavoura de fumo, que provoca inúmeras doenças, em especial às famílias do PETI e outras em situação de risco, ambos serão acompanhados pelas áreas de Segurança Alimentar, Assistência Social e Trabalho. Ficou pactuado a expansão na área da Inclusão Produtiva.

## **RELATÓRIO DE GESTÃO do Estado do Paraná / 2004**

A Sr<sup>a</sup> Denise Arruda Colin relatou que o documento foi disponibilizado no site da SETP e, conforme foi acordado na última reunião, não recebemos manifestação negativa por parte dos membros deste colegiado. Sendo assim, o documento foi apresentado ao Conselho Estadual de Assistência Social e sofreu poucos indicativos de alteração, que já foram incorporados, sendo aprovado pelo conselho. Não havendo manifestações contrárias, o documento foi pactuado pela CIB.

### **ORÇAMENTO 2006**

A coordenadora da CIB inicia sua fala indicando que esta é a proposta geral do orçamento, que foi discutida nos conselhos respectivos, estando organizada de acordo com a demanda de cada região e as propostas a serem implementadas. Relata a organização do documento conforme os eixos de proteção básica e de proteção especial (média e alta complexidade), aprimoramento de gestão, Política de Segurança Alimentar e Política Nacional do Idoso. Para fins de fiscalização do orçamento e melhor apreciação e deliberação pelos respectivos conselhos, consta separado as previsões de ação e recursos das áreas de assistência social. A rubrica da manutenção da Secretaria, que subdisia atividades “meio”, ou seja, as que não são da prestação de serviços da programática, como capacitação da equipe técnica da Secretaria, custeio do órgão gestor, entre outras, não integraram o fundo. Outra informação repassada é a autorização dos depósitos de todos os recursos da funcional programática da Secretaria para o exercício de 2005 no FEAS. Existe no nosso QDD – Quadro de detalhamento de despesas deste ano, a contemplação dos serviços de financiamento de CRAS - Centro de Referência Regional nos municípios com menor capacidade de gestão e maior concentração de pobreza, executados via fundo estadual. No eixo de proteção especial de alta complexidade, há uma previsão de um serviço regionalizado para atendimento à população itinerante, tendo em vista o fluxo de migração no Estado. Foram realizadas discussões regionais que apontaram essa problemática como um dos grandes desafios para a as-

sistência social ofertar respostas de protagonismo a esta população, que fica migrando de município para município e que precisa de um serviço especializado, diferente dos moldes de atendimento já existentes nos albergues, cujo atendimento limita-se a 3 dias, e além disso, não dá uma possibilidade de reorganização da vida daquela pessoa. A proposta orçamentária para 2006 contem a previsão de:

- a) Manutenção dos 22 Centros de Referência de Assistência Social implantados em 2005 e co-financiamento desse serviço para 2006, e implantação de 59 CRAS em 2006;
- b) Co-financiamento para implantação e manutenção dos 3 Serviços Regionais de Atenção ao Itinerante instalados em 2005 e implantação de outros 3 em 2006;
- c) Implantação de serviços de atendimento integral de Centro Dia, para atendimento do PPD com mais idade, em discussão com a Secretaria de Educação;
- d) Implantação de 6 Centros-Dia para Idoso;
- e) Centro de Referência da Mulher, em parceria da SETP com o Conselho Estadual da Mulher, e financiamento pela Secretaria Especial de Política para a Mulher.
- f) Estabelecimento de piso de proteção especial pelo Estado para co-financiamento dos abrigos usando o mesmo valor de referência do Governo Federal;
- g) Co-financiamento do abrigo para PPD com múltiplas deficiências, sendo 2 propostas:
  - 1) Pagamento de benefícios para aquelas pessoas que possam ficar na sua família de origem, mas que por falta de condições financeiras acabam solicitando internamento;
  - 2) Fixação de convênio com a entidade, na tentativa de fazer com que o internamento seja a última alternativa. O valor é diferenciado pela complexidade do atendimento.

A Sr<sup>a</sup>. Juciméri Silveira, membro deste colegiado, destaca que a execução do fundo já é para esse exercício, uma vez que o recurso já foi depositado no FEAS. Ressalta a necessidade de continuamente discutir a proteção social especial, entendendo que essa é a maior responsabilidade do Estado. Além das unidades oficiais do IASP, para medidas sócio-educativas restritivas e privativas de liberdade, que já são atribuições da assistência social, executadas diretamente pelo Estado,, existem outros serviços que temos que definir a longo prazo. A Sr<sup>a</sup>. Denise Arruda Colin complementa que mais um papel



do Estado é o reordenamento do IASP, com a descentralização das unidades, de acordo com as orientações do CONANDA e a oficialização dessas unidades, bem como a abertura dos concurso para profissionais. O plenário da CIB aprovou o orçamento para 2006 apresentado.

## **COMPOSIÇÃO DA CIB**

O item da pauta sobre a composição da CIB, passou para a próxima reunião.

## **INFORMES**

- **Reunião Ampliada de CIB's:** A Sr<sup>a</sup>. Larissa Marsolik, secretária executiva da CIB, informou que foi subsidiada com custeio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome bem como a Sr<sup>a</sup>. Suzi Pucillo Zanatta, membro deste colegiado, representando os municípios. A Sr<sup>a</sup> Márcia Mazzarotto e a Sr<sup>a</sup>. Ana Maria Macedo, membros da Secretaria Técnica deste colegiado também participaram da reunião com recursos do município de Curitiba e a Sr<sup>a</sup>. Maria Leonor Zanella, também membro da Secretaria Técnica, participou com recursos do Governo do Estado do Paraná. Essa reunião foi prioritariamente para desencadear esse processo de habilitação dos municípios.
- **Treinamento para preenchimento dos Planos Municipais de Assistência Social:** A Sr<sup>a</sup>. Maria Iolanda de Oliveira informou que nos dias 08 a 12/08 ocorreu o treinamento para preenchimento dos Planos Municipais de Assistência Social, com parceria da ROSCH (empresa tercerizada da SETP) com a disponibilidade de 70 computadores. Cada dia foi separado por turmas, segundo as regionais, e hoje é o último dia, para aqueles municípios que não puderam estar participando nos dias certos. Primeiramente houve uma exposição teórica e após a prática em uma base fria de preenchimento. Tivemos em média por turma 60 pessoas. A avaliação relatada pelos municípios participantes em relação ao treinamento, é positiva, pois o exercício de prática contribuiu no processo de preenchimento do PPA. Indica que para o

preenchimento on-line do PPA os municípios terão o prazo até o dia 16/09 no sistema, e só será considerado e aceito quem incluir a última tela, onde pede o número da resolução do conselho aprovando o plano, e em seguida encaminhar a documentação comprobatória (a resolução e a publicação da resolução).

- **I Etapa – 2º Módulo da Capacitação de Gestores e Conselheiros da Assistência Social:** A Sr<sup>a</sup>.Maria Iolanda de Oliveira relatou que ocorreu a 2ª etapa do 1º módulo da Capacitação de Gestores e Conselheiros da Assistência Social nos dias 03 e 04/08 onde participaram os técnicos dos Escritórios Regionais, conselheiros estaduais e representantes da secretaria executiva do FOREAS. Ressalta que eles serão os multiplicadores na região para a realização do 2º módulo.
- **Conferências:** A Sr<sup>a</sup>.Maria Iolanda de Oliveira indica que as conferências regionais estarão acontecendo até dia 14/09 e que o instrumento que os municípios deverão trabalhar já foi encaminhado via Escritório Regional (centrando na questão da vulnerabilidade e risco e depois nas ações, serviços, metas, desafios e estratégias para curto, médio e longo prazo). A sistematização das regionais será feita pela SETP e equipe de sistematizadores. Ressalta que não haverá trabalhos em grupos, mas sim plenária.

Núcleo Estadual de Assistência Social  
Coordenadoria de Desenvolvimento Integrado  
Secretaria Técnica da CIB